Por Dayanne Avelar

Demandas judiciais por acesso a tratamentos médicos revelam lacunas na definição de limites legais, resultando em grande judicialização e impactos negativos na saúde dos menos favorecidos

Os direitos fundamentais à saúde e à vida, assegurados pela Constituição, servem como bases fundamentais para outros direitos e são frequentemente invocados como argumentos em demandas judiciais para acesso a tratamentos médicos e obtenção de medicamentos ou substâncias. No entanto, os limites para a concessão de liminares ou para a decisão final do judiciário não estão claramente definidos, resultando em uma grande judicialização e, muitas vezes, tendo impactos negativos na saúde dos pacientes menos favorecidos que deveriam ser beneficiados.

Leia aqui na íntegra.

Fonte: Migalhas, em 03.05.2024